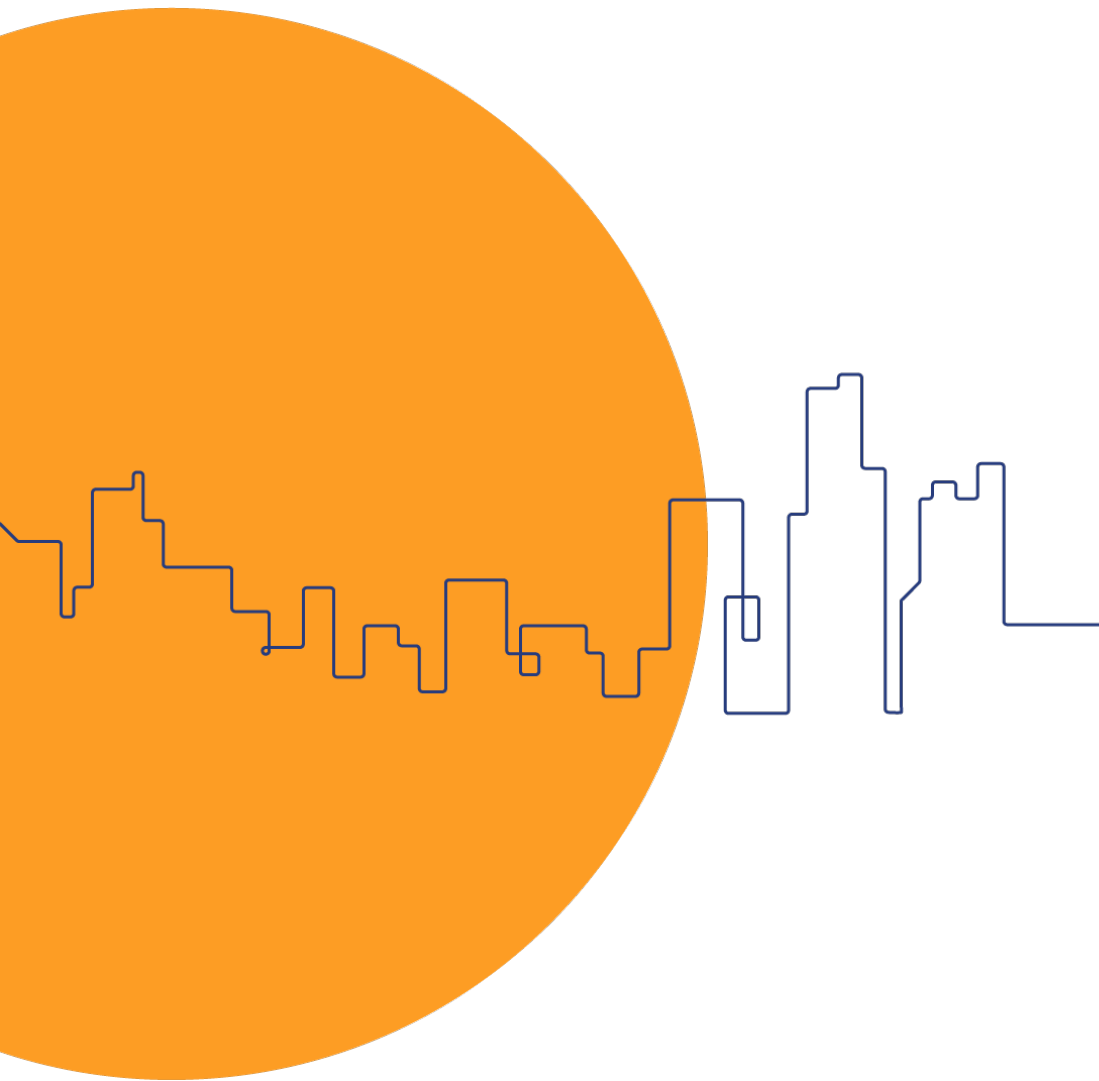


Agenda Urbana do Clima

para as eleições 2020



Agenda Urbana do Clima *para as eleições 2020*

A Agenda Urbana do Clima surge a partir de uma construção coletiva de organizações da sociedade civil e outras instituições, atuantes no nível local na agenda de mudança do clima.

Entendemos que 2020 é um ano crucial para a ação climática e que as cidades exercem papel fundamental para a implementação de políticas públicas efetivas para a redução de emissões de gases de efeito estufa, e o desenvolvimento urbano sustentável, resiliente e inclusivo.


Os impactos sociais e econômicos da pandemia da COVID-19 tornam ainda mais estratégica a colaboração entre sociedade civil e governos locais para uma recuperação econômica inclusiva, ambientalmente responsável e socialmente justa. Para isso, de maneira prioritária, deve levar em conta famílias em situação de vulnerabilidade, trabalhadores, territórios periféricos, agricultores familiares, comunidades quilombolas e povos indígenas, que são os mais afetados pela atual crise e por uma emergência climática.

Nas cidades se encontram alguns dos maiores desafios de redução de emissões, como os setores de transporte, resíduos, industrial e de energia, e também as consequências e maiores impactos de eventos climáticos extremos, como enchentes e secas.

As novas gestões municipais enfrentarão um desafio sem precedentes. A crise fiscal que assola as cidades, somada às crises sanitária e política, formam uma mistura forte o suficiente para estagnar os municípios frente às possibilidades de ações de desenvolvimento sustentável.

Mais do que nunca, é preciso ter foco em ações que considerem as realidades locais e que tenham como objetivo principal a melhoria da qualidade de vida da população, aliada à recuperação econômica e à recuperação ambiental em busca da justiça ambiental - que requer justiça social e combate ao racismo estrutural e estruturante do Brasil.

A construção desta proposta, que tem como objetivo guiar caminhos possíveis para a ação climática a partir da realidade local, foi embasada em pesquisas e no acúmulo de atuação das organizações, instituições e seus membros que, em um processo deliberativo, identificaram três eixos prioritários de ação: **saúde, emprego e mobilidade.**




A partir desses três eixos, foram identificadas 10 ações prioritárias, que estão apresentadas em uma carta manifesto. Essas ações serão divulgadas ao longo da campanha eleitoral para que os candidatos e futuros gestores municipais eleitos as incorporem em seus planos de governo, buscando também orientar organizações e pessoas que atuam em processos de incidência em eleições locais das cidades brasileiras, especialmente nas capitais e regiões metropolitanas.

O presente documento aponta possibilidades para desdobrar as 10 ações prioritárias em propostas e meios de implementação a serem adotados localmente.

Ação 01: Planejamento climático e governança metropolitana

Criar planos de ação climática municipais com planejamento e gestão multissetoriais, incorporando a governança regional e metropolitana, integrada e participativa, e com objetivo de mitigar as emissões de gases do efeito estufa e aumentar a resiliência das cidades.

O planejamento e gestão urbanos devem considerar Planos de Ação Climática como orientadores das políticas setoriais, integrando-as. A articulação para promoção da governança metropolitana deve considerar:

- integrar a política climática com os principais planos estruturantes da metrópole de cada cidade, em especial o Plano Plurianual de Ações (PPA) - que orienta os orçamentos públicos - e os Planos Diretores;
 - criar ou reativar fóruns de discussão metropolitana e subestaduais e/ou participação em fóruns existentes de forma proativa - como, por exemplo, Comitês de bacias; Conselhos Metropolitanos; Consórcios, Fóruns e Comissões de Clima etc;
 - fortalecer, via município sede da Região, o planejamento pensado na região metropolitana com engajamento e respeito à realidade dos municípios do entorno;
 - contribuir, via municípios e estruturas dos estados, para o monitoramento e transparência dos dados da gestão pública de interesse metropolitano, especialmente os relativos a inventários de emissões e monitoramento de qualidade do ar.
- 

Referências inspiradoras:



Cidades: principais conceitos para entender o ambiente urbano.
<https://bit.ly/2SACqvD>

Ação 02: Saneamento e gestão sustentável da água

Acelerar a expansão do saneamento básico, a partir de modelos de gestão inovadores, que ampliem o acesso à água potável e ao tratamento de esgoto, reforcem os sistemas de drenagem que captam e reutilizam a água de chuva, com grandes reflexos no bem-estar e na saúde da população e gerando empregos no setor da construção civil.

As ações de saneamento devem considerar uma visão de universalização do acesso ao saneamento básico, com cobertura total da área da cidade, e devem considerar:

- acompanhar a manutenção da eficiência na gestão financeira e de uma política de cobrança compatível com a renda das pessoas nos serviços de abastecimento, seja por prestação direta ou contratação de serviços estaduais e/ou privados;
- implementar sistemas de drenagem que considerem eventos extremos, para ações de prevenção ou contingência em relação a enchentes e deslizamentos.

Referências inspiradoras:



Segurança hídrica municipal.

<https://bit.ly/2SACqyD>

Ação 03: Saúde e redução da poluição

Reduzir a poluição local e emissões que impactam a qualidade do ar, mitigando a mudança climática e focando no bem-estar e na saúde da população, através da redução de fontes de emissão como queimadas, queima de combustíveis fósseis no transporte de carga e passageiros, entre outros, melhorando a qualidade de vida da população e reduzindo os custos para a saúde pública.

A qualidade do ar afeta a saúde das pessoas por causar doenças respiratórias, especialmente em pessoas mais vulneráveis, mas também diminui a expectativa de vida. Nesse sentido, para melhoria desse cenário, podem ser consideradas ações para:

- viabilizar recursos para ampliação de estações de monitoramento da qualidade do ar no território do município, complementando a cobertura local e participando da rede de monitoramento estadual;
- promover ampla divulgação sobre a qualidade do ar e sensibilização da população para efeitos na saúde de crianças, idosos e pessoas com problemas respiratórios;
- realizar estudos para implantação de zonas de baixas emissões, especialmente no entorno de escolas e equipamentos de saúde.

Referências inspiradoras:



Campanha da Coalizão RespirAR.

<https://bit.ly/3jzmgwX>



Manifesto em defesa dos padrões de qualidade do ar.

<https://bit.ly/2Sl2koB>



Análise do monitoramento de qualidade do ar no Brasil 2019.

<https://bit.ly/3oEFmvE>



Propostas prioritárias de saúde para os municípios.

<https://bit.ly/2SACqvD>

Ação 04: Segurança alimentar e nutricional

Implementar políticas públicas e parcerias de estímulo à produção local, acessível, sustentável e circular de alimentos saudáveis e de redução do desperdício, garantindo o acesso de todos os segmentos da população a uma alimentação regular, saudável, beneficiando a saúde e qualidade de vida de todos.

A segurança alimentar e nutricional deve considerar uma visão plena do processo de produção e consumo local, fortalecendo os territórios de forma simultânea à promoção da segurança alimentar das populações mais vulneráveis. As possibilidades de ações incluem:

- estimular novos empregos próximos da moradia e estimular processos associativos locais – relacionados à produção;

- reconhecer e fortalecer o conhecimento local, estimulando criação de hortas comunitárias em todos os bairros da cidade;
- criar áreas de compostagem nos bairros, reduzindo custos e emissões da coleta de resíduos e favorecendo a produção orgânica e saudável de alimentos;
- aproximar e estimular o consumo de produtos locais e de proximidade, diminuindo custos e emissões de transporte através da:
 - priorização do fornecimento de alimentos orgânicos provenientes de agricultura familiar em escolas e creches municipais;
 - escoamento da produção local e fomentação dos mercados de bairro.

Referências inspiradoras:



Pacto de Milão sobre política de alimentação urbana.
<https://bit.ly/2GlnzfD>

Ação 05: Resíduos sólidos

Eliminar os lixões e adotar políticas públicas de fomento à redução da geração de resíduos, reciclagem e tratamento sustentável de resíduos orgânicos e toda a cadeia produtiva associada para geração de empregos e redução da poluição de rios, baías e mananciais.

Em relação à reciclagem de resíduos, as gestões devem:

- desenvolver e implementar plano municipal de gestão de resíduos que determine a coleta seletiva em três tipos e rejeitos, destinando resíduos orgânicos para a compostagem e/ou biodigestão; recicláveis para as cooperativas de catadores e após para a cadeia da reciclagem e os rejeitos para aterros sanitários;
- promover ações de educação e sensibilização para a diminuição da geração de resíduos e para o aumento dos índices de reciclagem de materiais coletados, sejam sobras de alimentos e poda, sejam resíduos recicláveis;

- promover políticas de valorização dos catadores e cooperativas para aumento da separação de resíduos e melhoria de suas condições de trabalho na classificação dos materiais a serem destinados para as indústrias de reciclagem, assim como encontrar meios para remuneração do serviço prestado.

Outras possibilidades em relação a resíduos:

- estimular a compostagem e a geração de energia a partir da digestão anaeróbica de resíduos orgânicos;
- elaborar mecanismos financeiros para promover soluções sustentáveis para a gestão de resíduos, como estímulos financeiros para redução de geração e para produção de bens de longa durabilidade;
- elaboração metas de desvio de resíduo sólido de aterros, através de rotas tecnológicas da compostagem, biodigestão, coleta seletiva e triagem de recicláveis com participação de cooperativas de catadores;
- criar impedimentos para a incineração.

Referências inspiradoras:



Manifesto contra a destruição dos resíduos sólidos urbanos por desperdício zero.

<https://bit.ly/33w6GxM>

Ação 06: Economia local e solidária com geração de empregos sustentáveis

Fomentar a geração de empregos verdes e a inovação em tecnologias sustentáveis, considerando as necessidades das áreas periféricas e dos territórios, com adoção de critérios sustentáveis nos processos de compras e contratações municipais, e geração de renda nas localidades.

Entende-se por economia local e solidária a produção de bens e serviços por meio de processos que contemplem empregos e insumos próximos a bairros e centralidades locais, em formatos associativos, de microempreendedores e/ou microempresas, associados ao consumo prioritário para pessoas e mercados locais. Para favorecer esse modelo, é importante:

- estimular a produção baseada em eficiência energética nos processos, uso de energias renováveis, consumo reduzido de água e gestão ecológica de resíduos;
- definir critérios sustentáveis para compras e contratações do governo municipal, estimulando aquisição de produtos gerados por associações, cooperativas e produtores locais como prioritários nas compras públicas;
- estudar possibilidade de ampliar fontes de crédito/microcrédito e subsídios para produtores locais sustentáveis;
- apoiar empreendedorismo jovem e sustentável, utilizando a educação pública como um dos instrumentos.

Referências inspiradoras:



Uma nova economia para uma nova era: elementos para a construção de uma economia mais eficiente e resiliente para o Brasil.

<https://bit.ly/33yiZK9>

Ação 07: Reação a desastres e Resiliência

Aprimorar a capacidade de resposta a eventos extremos e a situações de crises, a partir de uma gestão de riscos territoriais e de um plano municipal de adaptação à mudança do clima com um conjunto de medidas prioritárias de resiliência, de amparo social, e de resposta a desastres como deslizamentos, inundações, secas, ilhas de calor, elevação do nível do mar e outros perigos climáticos.

A elaboração do plano de adaptação deve fazer uma análise de riscos climáticos por região, incluir medidas prioritárias territoriais de amparo social, rápida resposta e adaptação das cidades às emergências climáticas. Nesse sentido, nas ações de infraestruturas, é preciso:

- desenvolver pacote de infraestrutura verde e inclusiva, com impacto positivo também sobre a geração de emprego local;
- considerar impactos climáticos presentes e futuros em novas obras da cidade;

- considerar alternativas como microdrenagem, captação de água da chuva, superfícies permeáveis e demais soluções baseadas na natureza para mitigar impactos dos eventos climáticos extremos;
- identificar áreas vulneráveis nas cidades litorâneas, e pensar ações para elas com foco nos impactos da elevação do nível do mar.

É necessário, ainda, incluir medidas de cuidado social, que no caso de impacto de eventos extremos decorrentes das mudanças climáticas, considerem:

- medidas de prevenção e alerta em áreas de risco integradas às ações da Defesa Civil; e provisão de segurança na habitação em áreas vulneráveis;
- medidas de amparo social durante e após eventos climáticos extremos (acolhimento a pessoas em situação de rua, desabrigados etc.);
- rápida resposta a situações de eventos extremos provocados pela mudança climática, como inundações, secas, ondas de calor, deslizamentos, aumento do nível do mar e outras questões, de forma a minimizar perdas humanas e reduzir impacto em sistemas críticos da cidade.

Além destas medidas, é necessário um planejamento urbano com foco na resiliência, promovendo o uso misto em áreas centrais, descentralização da infraestrutura urbana pública e privada para as periferias, com criação de empregos na periferia e com foco na juventude.

Referências inspiradoras:



Mudança climática e metas globais: a implementação da agenda de sustentabilidade.

<https://bit.ly/2SACqvD>



Manifesto Jovens Políticos pelo Clima.

<https://bit.ly/2SrNQSa>

Ação 08: Transporte Público e Mobilidade

Promover o uso de transporte público de massa acessível, com foco na integração dos diferentes modais e estímulo a alternativas sustentáveis de mobilidade (desestímulo ao uso de transporte individual motorizado e estímulo à mobilidade ativa com criação de ciclovias e zonas de pedestres), adoção do bilhete único, redução dos tempos de deslocamento, integração das diferentes regiões da cidade e redução das emissões veiculares através do uso de tecnologias de zero emissão.

Pelo seu papel estruturador nas cidades médias e grandes, destacam-se propostas para o transporte público, tais como:

- modernizar o modelo de negócios e de financiamento de transportes públicos baseando-se na transparência aos dados e otimização de recursos e garantindo que seja justo, acessível e sustentável;
- fortalecer o financiamento do sistema público de transporte através do aumento dos custos de utilização do transporte individual motorizado;
- reduzir o tempo de deslocamento das pessoas por meio da ampliação de faixas e corredores exclusivos para a promoção de transporte público mais eficiente;
- transcrever tecnologias limpas para reduzir emissão de gases de efeito estufa do transporte público motorizado, como a utilização de energia elétrica.

Em relação a mobilidade em geral, as possibilidades levantadas são:

- estimular a redução do uso de veículos motorizados particulares e reduzir percentual do uso do espaço viário urbano dedicado ao uso exclusivo de veículos particulares, por meio de:
 - políticas de estacionamento, como cobrança por estacionar nas ruas;
 - retirada de vagas das ruas para implantar faixas exclusivas de ônibus e expansão de ciclovias e calçada.
- definir política de estacionamento que considere número máximo de vagas em obras novas, cobrança progressiva de IPTU em estacionamentos em certas partes da cidade etc.;

- estimular a mobilidade ativa (andar a pé e pedalar) por meio da ampliação dos espaços urbanos seguros e acessíveis, com calçadas largas, ciclovias, arborização, iluminação pública e uso misto do solo;
- propor soluções para integração da mobilidade ativa com sistema de transporte público, como a ampliação de bicicletários em pontos de transporte de média e alta capacidade, ampliação de calçadas, melhor comunicação em áreas de transporte público etc.;
- aumentar a infraestrutura cicloviária na cidade, focando na integração de grandes corredores e adoção de critérios de desenvolvimento orientado para o transporte;
- reformar e ampliar o calçamento público em áreas centrais e periféricas, incluindo princípios de acessibilidade, conforto e segurança.

Referências inspiradoras:



Campanha mobilidade sustentável nas eleições.

<https://bit.ly/36ARGAQ>



Mobilidade urbana e o direito à cidade.

<https://bit.ly/2SACqvD>



Como ter um transporte público eficiente, barato e com qualidade na sua cidade.

<https://bit.ly/2GsNd8B>



Carta-aberta à sociedade e aos(as) candidatos(as) nas eleições municipais de 2020 – um projeto de cidades pós-pandemia.

<https://bit.ly/33z6Apq>



Guia para inclusão do desenvolvimento orientado ao transporte sustentável no planejamento urbano.

<https://bit.ly/36RxUkN>



Agenda Rio 2030.

<https://bit.ly/34wyuRW>



Indicadores Ethos - Guia Temático: Mobilidade Urbana.

<https://bit.ly/21wQAn>

Ação 09: Áreas verdes

Aumentar a oferta de áreas verdes nas cidades para todos os cidadãos e em todas as regiões, incluindo criação de parques, arborização de vias, tetos e paredes verdes, proteção de unidades de conservação e ações de reflorestamento, visando aumentar a captura de carbono, reduzir ilhas de calor e mitigar a desigualdade ambiental.

As possibilidades de ações incluem:

- revitalizar e criar parques e praças, promovendo adequada gestão das unidades de conservação existentes;
- consolidar sistemas locais integrados de áreas verdes, incorporando ferramentas de planejamento territorial como Planos Diretores e Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado;
- incluir a integração de serviços ecossistêmicos na perspectiva supramunicipal;
- implementar soluções baseadas na natureza como medidas de adaptação e mitigação à mudança do clima;
- proporcionar áreas abertas acessíveis, seguras e qualificadas para toda a população;
- promover arborização com espécies adequadas e em locais apropriados, com processos de engajamento e sensibilização ambiental.

Referências inspiradoras:



Abordagem ISE (Integração de Serviços Ecossistêmicos).

<https://bit.ly/33wPjwQ>

Ação 10: Energia e eficiência energética

Adotar medidas de fomento à geração distribuída de energia renovável, como solar e eólica, e de ações de aumento de eficiência energética em edifícios existentes e novas construções. Energia representa o segundo setor mais relevante nas emissões de gases do efeito estufa nas cidades brasileiras e tem grande potencial de geração de empregos.

As possibilidades para se implementar a proposta de eficiência energética são:

- ampliar geração distribuída de energia elétrica solar a partir de sistemas fotovoltaicos;
- criar incentivos fiscais e tributários para uso de energias renováveis em residências e instalações comerciais e industriais;
- priorizar a contratação de energia fotovoltaica para suprimento das instituições públicas;
- promover a redução do consumo energético da cidade através de medidas de eficiência energética;
- privilegiar materiais sustentáveis que geram eficiência energética em todas as novas construções na contratação de obras públicas, inclusive para a construção de moradias populares;
- desenvolver políticas de incentivo à eficiência energética e substituição de combustíveis nos setores residencial, público, comercial e industrial;
- fomentar programas de certificação de eficiência energética com definição de metas anuais de certificação; e elaboração de plano expansão e modernização energética da iluminação pública contemplando:
 - implantação de 100% de lâmpadas LED;
 - ampliação de pontos de iluminação, considerando a influência em segurança pública.

Referências inspiradoras:





Eficiência energética em edificações.

<https://bit.ly/2HZTaKG>



Projeto 3E – Transformação do mercado de eficiência energética no Brasil.

<https://bit.ly/34q24lQ>



Conhece outras referências que podem contribuir com a implementação das propostas para a agenda urbana do clima? Compartilhe com a gente através do formulário de contato em nosso portal: www.agendaurbanadoclima.com

A **Agenda Urbana do Clima** é fruto de um trabalho colaborativo, coletivo, suprapartidário e não é vinculada a candidaturas específicas. Este conteúdo destina-se a apoiar gestões municipais. Sua reprodução é livre para fins não comerciais, desde que citada a fonte.

Organizações e Instituições signatárias

abema
associação brasileira de entidades
estaduais de meio ambiente



CASA
FLUMINENSE



climainfo



INSTITUTO
ETHOS



idec
Instituto Brasileiro de
Defesa do Consumidor

I.C.L.E.I
Governos
Locais pela
Sustentabilidade



MOSSA
**AMÉRICA
VERDE**

NossaBH



Projor | Instituto para
o Desenvolvimento
do Jornalismo



UNEafro

INSTITUTO
UPDATE

